



III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



FINANCIAMENTO DO CINEMA NA BAHIA: O início de um estudo

Gabriel Amaral Pires¹

Resumo: O objetivo deste projeto é investigar o financiamento do cinema na Bahia, com interesse especial nos filmes de ficção que tiveram todo o seu ciclo de vida concluídos (captação de recursos, pré-produção, produção e exibição) entre os anos de 2003 e 2010 e que tiveram algum aporte financeiro do governo estadual. O interesse é fazer uma análise, com bases na história da relação entre cinema e Estado, sobre as formas de financiamento do governo estadual às obras cinematográficas de ficção. A partir da investigação dos filmes baianos que se encaixem nos parâmetros apresentados é pretendido fazer uma análise da articulação entre o poder público e os realizadores, entre os realizadores e as fontes de financiamento não estatais e da gestão do setor responsável pelo fomento ao cinema na Bahia durante o período de 2003 e 2010.

Palavras-Chaves: 1- Financiamento do Cinema; 2- Política Cultural; 3- Política Audiovisual; 4- Cinema Baiano

O Cinema é das artes a mais colaborativa. Tanto em sua recepção como em sua confecção. O filme para chegar as telas passa por três etapas: a pré-produção, a produção e a finalização. No Brasil atual existe uma fase anterior e que faz parte da pré-produção que é a captação de recursos. Boa parte dessa captação é feita através de dinheiro público.

Essa questão do financiamento de filmes pelos governos chama a atenção, pois, em diversas fases da história do país isso aconteceu, ainda que, de forma descontinuada e desarticulada com a preocupação no fomento de uma indústria nacional de cinema. Se esses problemas acontecem com verbas do governo central do país, em relação ao governo estadual da Bahia a jornada de financiamento de uma produção no estado é ainda mais complicada.

Como veremos adiante o histórico de políticas voltadas para o audiovisual no Brasil seguem as tristes tradições das políticas culturais no Brasil que fala o professor Albino Rubim em seu texto “Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos”. As tristes tradições na área da cultura como um todo para Rubim, são a instabilidade, a ausência, e o autoritarismo. No caso das políticas para o cinema na Bahia podem ser aplicadas duas dessas tradições, a ausência e a instabilidade.

¹ Mestrando do PPG em Imagem e Som/UFSCAR, gaampires@gmail.com

A relação entre o produtor cinematográfico e o Estado se dá hoje através de órgãos que são exclusivos para isso e também com outros que atendem demandas de todo o setor cultural. Na Bahia existem órgãos que tem como finalidade relacionar-se diretamente com esse campo da cultura.

Cinema Baiano?

Existe uma discussão que volta e meia ganha um novo round no meio cultural da Bahia: o cinema baiano existe? Essa discussão se torna infundada, dado que, não existe atualmente, uma maneira de fazer filme que diz respeito somente aos cineastas baianos. Hoje a maneira de se viabilizar a produção de um filme é praticamente a mesma em todo o território nacional. Para que se chegue ao set é preciso ou ganhar um edital ou ter a captação aprovada por alguma das leis de incentivo, quando não, para viabilizar a produção é necessário usar dos dois mecanismos. O que se pode, e deve ser, discutido, a meu ver, é se há atualmente uma produção constante de filmes no estado da Bahia. Se há um ambiente favorável para que as produções aconteçam.

Hoje, várias mudanças já ocorreram na maneria como se financia uma obra cinematográfica com dinheiro público. As leis federais de incentivo à cultura estão para serem modificadas, o surgimento do Fundo Setorial e dos FUNCINES, transformaram as maneiras do financiamento de um filme. Mas, essa realidade ainda não chegou a interferir na forma de financiamento ao audiovisual na Bahia. Enquanto já existem produtoras, do eixo Rio-São Paulo, que utilizem periodicamente os FUNCINES (modelo em que um grupo de investimento, com alguma subvenção fiscal, cria um fundo exclusivamente para financiar filmes e deles receber uma parte proporcional ao seu investimento através da bilheteria, home video, venda de direitos ou licenciamento de produtos) as produções baianas dependem do dinheiro advindo do Estado.

Essa dependência, que não é exclusivamente baiana ou brasileira, das formas de fomento estadual é que desperta a vontade de saber mais sobre a relação entre as produtoras e um dos seus principais financiadores. Os entraves para receber as verbas, a quantidade de vezes que é necessário adequar o projeto a novos parâmetros estabelecidos, a velocidade com que foi dada uma resposta a uma demanda do estado, o tipo de fomento em que foi enquadrado o projeto de um filme. Essas são algumas das dúvidas que não são respondidas pela literatura sobre os modelos de financiamento da cultura na Bahia e também na literatura sobre o cinema baiano.

Pretende-se perceber quais os principais entraves que os modelos de financiamentos trazem para o desenvolvimento de uma produção filmográfica perene na Bahia. Qual seria o melhor arranjo entre as necessidades de um campo da cultura dinâmico, como o cinematográfico, e as

normas de um processo seletivo que deve seguir regras rígidas para garantir o bom investimento do dinheiro público?

Filmografia Baiana

O período a ser estudado, de 2003 a 2010, se deve a fatos como a ineficácia e o marasmo de uma política de financiamento e fomento para a produção cinematográfica baiana desde o seu surgimento até os meados dos anos 90 do século passado. É importante também estabelecer o que serão considerados filmes baianos e qual a fonte a ser usada para estabelecer o que seria um filme

baiano. Assim, serão utilizados os mesmos parâmetros utilizados pela Filmografia Baiana <www.filmografiabaiana.com.br> Um dos critérios seguidos pela Filmografia Baiana para catalogar os filmes é a exibição pública, não importando se essa exibição tenha sido feita em um festival e o filme ainda não tenha entrado em circuito comercial. Já que dentro do período a ser estudado alguns filmes ainda estão em produção e pós-produção, serão considerados os filmes que já tenham sido finalizados e que tenham feito uma exibição pública. Mas, só um deles entrou em circuito comercial de exibição.

Esses quatro filmes, que os financiamentos serão mais detalhados, e também a relação com o Governo da Bahia, tiveram diferentes modos de financiamento. “Pau Brasil” através do Prêmio Aguinaldo Siri Azevedo conseguiu parte do dinheiro para a sua produção, “Jardim das Folhas Sagradas” através do FAZCULTURA e os dois restantes através da Demanda Espontânea do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA).

Os Quatro Casos

Os quatro filmes que aqui estão sendo analisados tiveram diferentes caminhos para viabilizarem a sua produção. “Pau Basil” é fruto de um edital, “Jardim das Folhas Sagradas” captou verba através do FAZCULTURA e os dois últimos, “Estranhos” e “Trampolim do Forte”, foram atendidos pela Demanda Espontânea do FCBA. Como visto anteriormente esse mecanismos diferem entre si em sua tramitação e pelas instâncias que definem os apoios e financiamentos de cultura pelo Estado da Bahia. Mas, o que esses filmes tem em comum, além de uma parte da verba vir do Estado, é que todos eles utilizaram verbas de outras fontes, principalmente federal. Nenhum deles foi inteiramente financiado pelo governo estadual, “Pau Brasil” foi o que teve o maior aporte. Dois desses filmes só recorreram ao Estado quando de sua finalização.

“Pau Brasil”: O Caos Reina

Em 2004 foi lançado o edital 02/2004 Prêmio Agnaldo “Siri” Azevedo, foi o terceiro ano seguido que o governo estadual lançava editais que previam a produção de filmes de longa-metragem, que ganhou “Pau Brasil”. O tramite para que a produção fosse viabilizada e

finalizada demorou alguns anos. A documentação sobre esse edital é muito desorganizada, são papéis e correspondências que não estão catalogados ou encadernados e nem há uma separação distinta entre os diversos filmes que foram premiados. A documentação consultada encontra-se na DIMAS, órgão que na época era vinculado à FUNCEB, responsável pelo edital. Para se ter um idéia da falta de organização desses documentos, no meio do que deveria ser o registro do edital é possível encontrar uma carta de Solange Lima, na época à frente da ABCV, solicitando à FUNCEB, que fosse cedida uma sala, duas linhas telefônicas, uma linha de acesso a internet e uma cota de cópias, que serviria como base para a produção de filmes no ano de 2006, inclusive o filme “Estranhos” era citado como uma das produções que se beneficiariam dessa estrutura. Além dessa desorganização há uma repetição muito grande de correspondências do realizador e do produtor, há correspondências com o mesmo fim enviado hora pela Stúdio Brasil, empresa que iniciou a produção do filme, e por Fernando Belens, diretor do filme.

Mas, como diria Jack, o Estripador “vamos por partes”. O Edital consistia de algumas etapas, a cada etapa os projetos podiam, ou não, ser habilitados. No conjunto de documentos são encontradas diversas atas de reuniões das Comissões de Habilitação e da Comissão Financeira, mas, não existe um relato pormenorizado de cada um dos projetos inscritos. Em um documento da Comissão Financeira do dia 23/05/2005 é encontrado uma lista de projetos que foram aprovados, e para os que não foram habilitados foi escrito uma justificativa de um paragrafo demonstrando onde a comissão achou que o projeto pecava. Quando da avaliação dos projetos de filmes de longa-metragem a comissão faz a seguinte observação, “todos os orçamentos apresentados pecam nos mesmos vícios”, não detalha quais são os vícios cometidos e segue listando os projetos habilitados. No fim do documento a comissão, que era composta por profissionais de fora do estado, saúda o governo da Bahia por mais esse edital.

No dia 10/06/2005 é publicado no DOE os filmes que foram habilitados para a terceira fase. A comissão responsável por essa terceira etapa teria que entregar o resultado final em 60 dias após a publicação do resultado da comissão financeira, como consta no ponto 4.4.4 do Edital, o que a princípio não ocorreu. Mas, como o ponto 4.5 diz que os prazos podem ser estendidos desde que haja uma justificativa para isso, a comissão pode ter cumprido o seu trabalho sem problemas. Dificil é comprovar isso, pois, nos documentos relacionados ao Edital não há nenhuma publicação do DOE quanto a isso e nem nenhum pedido da Comissão ao Diretor Geral da FUNCEB, como determina o ponto 4.5. Então somente no dia 20/09/2005, 101 dias depois de publicado os filmes habilitados na segunda etapa, foi publicado o resultado final do Edital que foi lançado no dia 19/06/2004. Não há porque condenar a demora às comissões, até porque não existe documentação que comprove se houve pedidos por parte dessas para

postergar a entrega de resultados, mas, nesse momento é possível fazer a seguinte crítica a esse modelo, os membros da comissão responsáveis pela avaliação da 1ª e 3ª etapas eram funcionários da SECULT e da FUNCEB que além dessa comissão tinham que exercer outras funções na secretária e na fundação, não havia, como há hoje, comissões específicas para fazer as análises técnicas e análises finais de quais serão os contemplados em editais.

Após a publicação no DOE o responsável pelo filme deveria entregar em no máximo 30 dias, que segundo consta no ponto 6.2 do Edital seria um limite, “improrrogável” a documentação da empresa que seria responsável pela produção executiva do projeto. Mas, na documentação que consta na DIMAS não há essa documentação, os registros saltam e o que se encontra lá é o contrato 206/05 celebrado entre a FUNCEB, Fernando Belens e Pola Ribeiro (responsável pela Stúdio Brasil, empresa que faria a produção executiva de parte do projeto). Esse contrato foi publicado no DOE em 03/12/2005, mais de um ano depois de publicado o edital.

Durante o ano de 2006 foi feita a pré-produção e a produção do filme, durante o segundo semestre desse ano foram realizadas as filmagens em Cachoeira e em alguns de seus distritos. É nesse momento que para além das dificuldades com a documentação começam a aparecer as correspondências duplicadas, onde a produtora Stúdio Brasil e o diretor Fernando Belens fazem

referência as mesmas coisas em datas distintas. Esse não seria o problema se as correspondências 44

não fossem incompatíveis entre si ou se fizessem referência um a correspondência do outro. Em 20/12/2006 um pedido da Stúdio Brasil é feito para que haja a liberação dos 20% da verba referente a entrega do copião que estava sendo feita na mesma data. É dado um salto da documentação de sete meses, no dia 07/07/2007 há um pedido de Fernando Belens para que a Truque seja a nova produtora já que Pola Ribeiro foi nomeado como Diretor do IRDEB (fato que aconteceu em 1º de janeiro do mesmo ano), tornando assim impossível que a Stúdio Brasil, comandada por Pola, receba verbas do governo do estado. Em 18/07/2007 é enviado um ofício de Pola indicando sua saída devido ao ingresso no IRDEB, indica que houve uma conversa com Belens e a Truque, todos estão de acordo que essa seja a nova produtora. No mesmo dia a Truque entrega documentação referente a produtora e sobre a nova conta onde deveriam ser depositadas as parcelas restantes, referente a entrega do copião e a finalização do filme. Como havia sido dito antes algumas correspondências começam a se repetir, o curioso é que ambas tratavam de liberação de verba, no dia 20/12/2006 a Stúdio Brasil pediu a liberação dos 20% referente a entrega do copião. Já no dia 28/08/2007 Belens pede uma dilatação no prazo de entrega do copião, alegava que o áudio tinha problemas de sincronização (sync). Em 05/10/2007 Belens manda uma carta pedindo a liberação dos mesmos 20% referente a entrega

do copião, que havia sido reparado o problema de sinc., e estava sendo entregue nessa data. Depois desse pedido não há mais nenhuma documentação referente a “Pau Brasil”.

De todo esse caos na documentação, o que infelizmente não permite que seja feita uma leitura mais minuciosa e criteriosa sobre todos os passos dados para realizar o filme, o primeiro ponto a se mostrar necessário aqui é uma preocupação com a memória. Se um processo público não foi bem documentado ele é plausível de suspeição, mas, como o que pode ter acontecido é a perda de documentos isso demonstra o como esse projeto foi demorado e caótico, não só pela mudança de produtora, mas também pelo fato de na época não haver uma comissão que cuidasse exclusivamente de editais dentro da estrutura da SECULT. Essa comissão foi criada quando do desmembramento entre a Secretária de Cultura e Secretária de Turismo. Outra coisa que tem que ser levada em conta é que para que o filme fosse finalizado foi necessário, além dos aportes previstos pelo Edital, que a produção que recorresse a Leis de Incentivo no âmbito federal, além de ter recorrido a uma co- produção internacional.

Os editais do início da década 2000 foram de extrema importância para o ressurgimento de um movimento perene de produção na Bahia no início deste século. A partir dele foi possível que mais de uma geração chegassem as suas primeiras obras de longa-metragem de ficção. Fernando Belens e Edgar Navarro são da geração super-8 e Tuna Espinheira, que teve seus primeiros filmes projetados na II Jornada Nordestina de Curta Metragem, conseguiram depois de décadas realizar um

longa de ficção. Mesmo essa importância sendo aqui reconhecida, ainda faltava traquejo a extinta Secretária de Cultura e Turismo, pelo menos na área de editais para o cinema, pois, os prazos estabelecidos no Edital eram desrespeitados, ao que tudo indica, pela própria Secretaria. No caso de “Pau Brasil” ainda houve a nomeação de seu produtor para dirigir um órgão público, fato que comprometeu o correto andamento do processo. Por falta de documentação também não foi possível ver quais eram as respostas dadas pela DIMAS aos proponentes quando esses faziam algum pedido. Nesse caso a relação entre o Estado e o proponente não puderam ser corretamente avaliados. Mas, nem por isso a importância dos poucos documentos referentes a esse projeto devem ser diminuídos, neles é possível ver que ainda não havia, nem por parte do Estado e nem por parte dos produtores, uma noção de como lidar com esse mecanismo.

“Jardim das Folhas Sagradas”: A participação das Estatais

“Jardim das Folhas Sagradas” é outro filme da Stúdio Brasil que foi produzido em 2006. Utilizou diversos mecanismos de apoio no âmbito federal, mas no estadual recorreu somente ao FAZCULTURA. Somando todos os seus patrocínios teve o apoio de 6 empresas, todas elas públicas (Petrobras, Chesf, BNDES, Infraero, Eletrobras e Banco do Nordeste). Esse fato é

bom para demonstrar que uma produtora baiana tem toda essa capacidade de articulação e competência para conseguir tantos patrocínios. No atual site do filme há um erro porém, nos registros da SECULT o filme teve o apoio do governo estadual através do FAZCULTURA, já no site a informação que aparece é que o patrocínio do governo do estado foi através do Fundo de Cultura.

O projeto de apoio foi entregue ao FAZCULTURA no dia 14/04/2005, nela há a indicação de que o filme teria o gasto total de R\$ 3.751.132, esse valor era dividido da seguinte forma: R\$399.660,96 seriam captados através do FAZCULTURA, R\$ 600.000 viriam da Petrobras, R\$ 2.651.555,80 seriam captados através das Leis Rouanet e do Audiovisual e os R\$ 99.915,24 seriam de recursos próprios. Do total necessário a produção em torno de 10,65% viriam de financiamento feito pela renúncia fiscal estadual. Dos filmes aqui apresentados esse foi o mais rápido que teve a sua tramitação pelos órgãos responsáveis por sua avaliação e liberação para a captação.

No dia 23/05/2005 foi feito o primeiro contato pela SECULT informando que o projeto tinha sido habilitado na primeira etapa e deveria entregar a documentação referente a segunda etapa. Essa documentação foi entregue no dia 02/06/2005. 20 dias após essa entrega o projeto teve a sua aprovação vinculada a apresentação de comprovantes de que a captação via outras fontes já haviam sido feitas. Quase um mês depois, no dia 14/07/2005 foi apresentada pelo proponente o resultado do Edital da Petrobras e a carta de captação liberada pela ANCINE.

Uma semana depois da resposta a vinculação da aprovação, foi concedido a captação, mas, não do valor total apresentado, houve uma redução de quase 20 mil, portanto o valor agora era de R\$376.995,61, que correspondiam a 10,05% do total necessário a produção, mesmo assim a quantia a ser captada pelo FAZCULTURA mantinha-se na casa dos 10% referentes ao montante total. Não houve contestação por parte do proponente sobre essa redução.

Quatro meses depois, no dia 01/12/2005, a Stúdio Brasil entregou ficha cadastral da empresa que iria patrocinar através do FAZCULTURA, a Chesf, Companhia Hidroelétrica do São Francisco seria a patrocinadora. No dia 13/12/2005 a SECULT libera a indicação da Chesf como patrocinadora. Somente um mês depois, 12/01/2006 o termo de compromisso é entregue a SECULT. Nesse termo, seguindo orientação da SEFAZ, seriam feitos seis depósitos pela Chesf na conta relativa ao projeto. O primeiro depósito foi feito no dia 14/03/2006 e o último no dia 06/04/2006.

Depois da verba depositada só voltou a haver contato entre a Stúdio Brasil e a SECULT no dia 30/06/2006, é nesse momento que se inicia algo que não foi constatado nos outros projetos, as respostas imediatas e finais sobre demandas feitas pelo proponente, quando a produtora pede um remanejamento, ou seja, pede para usar uma parte da verba que seria para um fim em

outro, o responsável pela SECULT responde em parecer favorável ao remanejamento no mesmo dia. Esse pedido de remanejamento não teve a necessidade de passar por uma comissão ou ser relatado em uma reunião, ele foi aprovado pelo gestor do FAZCULTURA na época sem a necessidade de uma deliberação para tal, esse alegava em seu parecer que o projeto já havia sido avaliado e que o pedido de remanejamento não afetaria a idoneidade nem o andamento do projeto, coisa que não acontece hoje em dia, onde um pedido desse tem que passar novamente pela avaliação da Comissão Gerenciadora. Outro contato e resposta imediato se deu quando a SECULT no dia 05/10/2006 pede o material de divulgação do filme para ser aprovado e quase imediatamente recebe uma resposta sobre isso e na mesma correspondência é feito um novo pedido de remanejamento. Esse remanejamento é prontamente atendido e aceito no mesmo dia 05/10/2006. Essa velocidade não é comum nos outros dois projetos que serão relatados a seguir, isso é algo espantoso, pois, essa rapidez não é somente do produtor, mas, também do órgão público. Aqui já é cabível uma pequena comparação, se no processo de “Pau Brasil” a documentação estava completamente desorganizada e misturada com outros, o processo de “Jardim das Folhas Sagrada” era minuciosamente organizado e detalhado. Mesmo sendo vinculados a mesma Secretaria a DIMAS e a Coordenação do FAZCULTURA tinham *modus operandi* diferentes, é óbvio que por não usarem o mesmo mecanismo de apoio não poderiam seguir uma rotina idêntica, mas, caberia, por estarem dentro de uma mesma estrutura, usarem uma linha padronizada de ação. Nova comunicação entre as partes só ocorreu para a aprovação da colocação das marcas e um pedido de mais prazo para a entrega da Prestação de Contas. No total o projeto percorreu um órgão público em menos de dois anos entre a sua entrada, liberação de captação e sua prestação de contas. Como dito antes esse tempo e essa agilidade do órgão estadual não é comum, mas deveria ser.

“Estranhos”: Entre idas e vindas

O filme “Estranhos” produzido pela Araçá Azul teve a sua produção realizada em 2006 em Salvador, porém somente em 01/11/2007 a produtora deu entrada na Demanda Espontânea do FCBA. O projeto entregue ao FCBA pediu recursos que seriam usados na finalização do filme já que a verba para a sua produção veio através de um Edital da Petrobras. O valor total do projeto era de R\$1.166.077, sendo R\$600.000 da Petrobras, R\$321.777 de recursos próprios e R\$244.300 foram pedidos ao FCBA.

No dia 04/01/2008 a SECULT envia uma diligência a produtora, alguns documentos eram necessários para que fosse dado prosseguimento na análise do projeto. No dia 21/02/2008 novo comunicado é enviado a produtora relatando que o projeto iria ser arquivado pois não respondeu as diligências apresentadas no comunicado anterior. No dia 06/03/2008 a produtora

pede a reabertura do projeto, alegando que os comunicados não estavam chegando a pessoa responsável pelo filme. Em 18/03/2008 a Coordenação do FCBA mantém o arquivamento do projeto, alegando que a comunicação estava sendo enviada para os endereços informados pelo proponente quando da inscrição do projeto. Após receber essa resposta a produtora faz um pedido de revisão do projeto ao Secretário de Cultura, no dia 24/03/2008.

Somente no dia 16/06/2008 o Secretário, após diversas consultas a Superintendência de Promoção Cultural, onde foi detectado que a primeira comunicação ao proponente havia sido errado e houve uma troca com o comunicado que deveria ser feito a outro projeto, deliberou para que o projeto retornasse a Coordenação do FCBA para que desse prosseguimento em sua análise. Sendo assim, um mês depois o projeto seguiu para a avaliação da Comissão de Seleção que o aprovou, mas, decidiu que a palavra final sobre a concessão ou não do apoio deveria ser dado pelo Secretário. Esse por sua vez liberou o projeto e o mandou para a PGE, para que fosse dado o parecer de um Procurador (esse procedimento acontece com todos os projetos quem tem valor acima de R\$100.000, mas, não esta em nenhum decreto, portaria ou na Lei que criou o FCBA).

Entre os os dias 17/07/2008 e 30/12/2008 o projeto ficou na PGE, nesse meio tempo houve diversos pedidos de esclarecimentos e pareceres que foram pedidos pelo Procurador. Um desses é o do dia 11/12/2008 em que o IRDEB dá parecer favorável ao projeto. No dia 30/12/2008 o Procurador libera a SECULT a dar prosseguimento aos tramites do projeto, mas, faz algumas observações, entre elas que seja comprovada a participação da Petrobras como um dos patrocinadores.

O proponente no dia 04/02/2009 envia uma correspondência à SECULT pedindo que o processo seja agilizado e que por causa da demora pedia que o pagamento fosse feito em parcela única. Em 12/02/2009 a produtora foi notificada sobre a necessidade de comprovar que a Petrobras havia participado do financiamento do filme. Um dia depois foi entregue a comprovação de que o filme foi um dos vencedores de um edital da Petrobras e que as filmagens já haviam ocorrido no ano de 2006. A solicitação feita no dia 04 não foi aceita pela SECULT, a verba em casos em que o apoio é muito grande deve ser feita em no mínimo duas parcelas, pois, a segunda parcela só é liberada depois que a prestação de contas referente a primeira parcela é entregue. Um dia depois de saber disso, no dia 16/02/2009, a produtora acata essa decisão e pede que então a liberação seja feita o quanto antes.

Em 26/02/2009 o FCBA pede que a proponente entregue a documentação referente a confecção do TAC. A resposta a essa solicitação é rapidamente realizada um dia depois. No dia 05/03/2009 é enviado o TAC para que o proponente assine. Em 20/03/2009 o TAC é assinado e um dia depois é publicado no DOE. As parcelas deveriam ser pagas em março e

maio. Mas, em 06/07/2009 a produtora envia uma nova correspondência perguntando sobre a última parcela que ainda não havia sido liberada. No mesmo dia recebe uma resposta avisando da necessidade de um Aditivo ao TAC (quando percebesse que o prazo estipulado inicialmente no TAC não será cumprido por uma das duas partes é feito esse acréscimo de tempo). Nove dias depois a produtora entrega a documentação para a confecção desse aditivo. No dia 31/07/2009 o Aditivo ao TAC é assinado e no dia 06/08/2009 é publicado no DOE. Recebe a última parcela em setembro.

No dia 03/11/2009 é enviado um comunicado da Diretoria de Controles da SECULT pedindo a Prestação de Contas Final a produtora. Não é dada nenhuma resposta a esse pedido. Em 20/05/2010 a produtora Araçá Azul é considerada inadimplente com o Estado da Bahia em publicação feita no DOE. Com essa publicação a produtora fica, entre outras coisas, impedida de ter outros projetos apoiados pelo governo estadual. A resposta sobre a inadimplência só veio 80 dias depois, no dia 10/08/2010, dizendo que a produtora, Solange Lima, estava em Cuba dando aulas no Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica e que em breve entregaria a prestação de contas final. No dia 23/08/2010 os responsáveis pela análise da prestação de contas dão um prazo de 15 dias. Assim entre pedidos de mais prazo e cobranças da prestação de contas vários comunicados entre as duas partes são trocados até que um comunicado do dia 12/11/2010 estabelece que o mais novo prazo seria o dia 19/11/2010, data essa em que finalmente a prestação de contas é entregue. Vale lembrar aqui que em projetos financiados através do FCBA e do FAZCULTURA o prazo para a entrega dessa prestação de contas final é de 30 dias após a conclusão projeto.

No caso de “Estranhos” o tramite do projeto teve falhas das duas partes, a primeira quando a Coordenação do FCBA emite um comunicado errado para o proponente, a outra quando o proponente não entrega a sua prestação de contas, sendo que ele será o maior prejudicado já que não poderá firmar novos contratos com o governo do estado. Nesse projeto também é possível detectar um novo agente que emperra o andamento célere do processo, a PGE, lógico que é necessário um controle sobre a coisa pública, mas, é necessário que haja uma preocupação em caminhar de forma progressiva no andamento de um processo em que esta implicada o pagamento de diversas pessoas. Além disso boa parte da finalização do filme foi feita fora do Estado e é em casos como esse que cabe ao governo perceber que é necessário fomentar a existência de equipamentos capazes de fornecer esse tipo de serviço no próprio estado.

“Trampolim do Forte”: Um salto difícil

O filme “Trampolim do Forte” é destaque desde a produção do seu roteiro, quando foi um dos premiados para o desenvolvimento de roteiro realizado pela Globo Filmes no Cine Ceará.

Ganhador de um edital de filmes de baixo orçamento da SAV em 2006, em 21/08/2009 deu entrada em um pedido de apoio na Demanda Espontânea do FCBA. O valor inicial pedido era de R\$604.515, mas no andamento do processo dentro da SECULT esse valor foi reduzido para R\$199.166,60. No ano de 2008 deu entrada no FAZCULTURA, mas não conseguiu captar, nos meses de novembro e dezembro do mesmo ano foi rodado o filme.

Seu orçamento, informado pela produtora DocDoma ao FCBA, tem um total de R\$1.219.152,50, aí inclusos os R\$10.000 referentes ao prêmio da Globo Filmes, os R\$ 199.166,60 do FCBA e os R\$1.009.985,90 do Edital da SAV. Mais uma vez o pedido de subvenção ao estado foi feito para a finalização do filme. Três dias depois de dar entrada no FCBA foi aprovado na primeira etapa que é a análise documental. Em 04/11/2009, depois de passar pelas comissões do FCBA, recebe uma diligência sobre o valor do projeto, é contestado o valor pedido para a finalização já que o Edital da SAV previa que o filme fosse também finalizado com aquele valor. Na resposta o produtor diz que o Edital da SAV libera que sejam feitos remanejamentos no orçamento sem a prévia autorização do órgão.

No dia 02/12/2009 a aprovação é vinculada a redução do valor de R\$604.515 para R\$199.166,60, justificada pelo fato de o restante do trabalho de finalização já estava contido no valor ganho no Edital da SAV. Um dia depois a resposta da produtora é aceitando a determinação do FCBA e é feita a entrega de um orçamento condizente com os valores que o FCBA irá pagar. Do dia 09/12/2009 até o dia 01/02/2010 o projeto fica na PGE para análise, quando é liberado para que a SECULT desse prosseguimento ao processo. É interessante notar aqui que diferente do ocorrido um ano antes, quando “Estranhos” passou cinco meses na PGE, “Trampolim do Forte” foi liberado pela Procuradoria em menos de dois meses. Em 18/02/2010 a SECULT pede que seja enviado um documento do MINC dizendo que não pagaria pela finalização do filme. No dia 08/03/2010 a produtora apresenta o projeto que o MINC aprovou para o filme (já contendo os remanejamentos que foram feitos sem a prévia autorização da SAV). Em 13/05/2010 a DocDoma pede que seja feito um remanejamento no orçamento apresentado, em resposta recebe um comunicado, no dia 25/05/2010, avisando que não haveria remanejamento e sim uma redução do valor para R\$169.800. Um dia depois a produtora pede que seja reconsiderada essa decisão já que o valor aprovado tinha um acréscimo de R\$30.000, valor esse que faria grande diferença a finalização, e que desistia do remanejamento para manter o valor de R\$199.166,60.

Em 14/06/2010 são apresentadas novas diligências para que o valor de R\$199.166,60 fosse mantido, uma semana depois as respostas são dadas, a grande maioria justificando a necessidade de contratação de serviços. No dia 22/06/2010 a Coordenação do FCBA envia o o pedido de entrega de documentação para a confecção do TAC. Quase um mês depois, no dia

16/07/2010 essa documentação é entregue, mas em 06/08/2010 é feito um novo pedido de documentação, já que os que haviam sido entregues não eram os necessários para o TAC. Uma semana depois recebeu nova comunicação lembrando sobre os documentos que deveriam ser entregues (os documentos que faltavam eram um demonstrativo financeiro da empresa e o seu balanço patrimonial). Como eram somente esses os documentos que faltavam no comunicado era dito que o TAC seria assinado no mesmo dia que esses documentos fossem entregues. Isso aconteceu no dia 24/08/2010 e um dia depois foi publicado no DOE.

As parcelas foram pagas em agosto de 2010, um montante de R\$139.416,70, e o restante, R\$59.749,90, em outubro. O filme estreou no famoso Cine Odeon dentro da programação do Festival do Rio do ano de 2010.

A redução de valor que foi liberado pelo FCBA em 33,05% do valor pedido inicialmente se deve ao fato de que um dos membros da comissão que fez a avaliação técnica do projeto sabia que o Edital da SAV previa a finalização do filme. A fácil aceitação dessa redução por parte da produtora denota que quanto a isso eles não podiam argumentar muito. O trâmite do processo foi, relativo aos outros aqui analisados, rápido. Outra observação que deve ser feita é que a produção não se mostrou capaz de atrair outros investidores que não o Estado, já que em 2008 teve a captação de recursos liberada para ser feita através do FAZCULTURA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, ou, Réquiem Para Um Sonho

Os quatro filmes que foram analisados aqui demonstram as diversas formas de participação do Estado da Bahia no financiamento de filmes de longa-metragem de ficção. Desde “Pau Brasil” que foi o último dos beneficiados em uma série de três editais que reanimaram o campo do cinema na Bahia até “A coleção invisível”, longa que acaba de ser rodado e foi o ganhador do edital de longa-metragem da SECULT em 2009, houve diversos caminhos e mudanças na maneira de viabilizar um filme. As mudanças, e a diversificação, ocorridas na maneira de financiamento em âmbito federal ainda não parecem ter reflexo tão grande em terras baianas.

Dos editais do Fundo Setorial do Audiovisual do ano de 2010 somente “O Homem que não dormia”, segundo filme de longa metragem de Edgar Navarro produzido pela Truque, foi selecionado e vai receber um investimento de R\$300.000. Não há nenhuma produção sendo feita na Bahia que utilize dos FUNCINES, ou das linhas de crédito abertas pelo BNDES, Banco do Nordeste ou DESENBAHIA, para a área da cultura.

Apesar de o setor reivindicar constantemente por um apoio maior do governo estadual, todas as quatro produções que aqui foram apresentadas utilizaram também mecanismos federais de incentivo à cultura ou editais geridos por órgãos da administração federal. Isso demonstra duas coisas. A primeira é que os valores que podem ser ganhos em editais, no FCBA e através da lei de incentivo à cultura estadual, na Bahia são insuficientes para a realização completa de

todos os estágios de um filme. A segunda é que as produtoras locais tem competência para buscar recursos fora do estado e nos mais diversos mecanismos.

Durante o VII Ciclo de Debate sobre Política Cultural o atual Secretário de Cultura, Albino Rubim, falou sobre a criação de um Instituto do Audiovisual. Disse que esse será um dos institutos que serão criados durante sua gestão. Seria importante que além da criação desse Instituto fossem repensados as políticas de financiamento para o audiovisual. Encurtar os entraves burocráticos, sem que o cuidado com o dinheiro público se perca é outra necessidade premente para um novo fôlego a produção. Esses entraves também acontecem algumas vezes pela falta de presteza do proponente em responder uma demanda dos órgãos gestores dos programas estadual de incentivo à cultura..

Em 2010 a ANCINE liberou através de um Programa Especial de Fomento, que o governo do estado captasse R\$11 milhões, para serem aplicados no audiovisual. Se esse montante for captado será demonstrado que é possível pensar em um fundo estadual exclusivo para o audiovisual.

Nesse momento em que é discutida a economia criativa como um dos novos modelos de desenvolvimento se faz necessário pensar em uma nova forma de fomento ao cinema. O Secretário Albino Rubim disse no VII Ciclo de Debate Sobre Política Cultural da necessidade de o Estado intervir para criar o mercado em setores da cultura em que sem essa presença estatal não haverá a constituição de um mercado. É óbvio que um filme de longa- metragem que não siga uma certa fórmula e estética de telenovela não terá um retorno lucrativo nas bilheterias. São nesses casos que o Estado tem que sim ser apoiador.

Para que haja na Bahia uma produção cinematográfica perne é necessário uma atuação forte do Estado. Tanto no apoio financeiro às produções, quanto no apoio estrutural. A Bahia Film Commission foi criada no primeiro ano da gestão de Márcio Meirelles, em 2007, mas, somente em 2010 teve a sua estrutura e a sua regulação aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado. Esse órgão é de dupla importância para o fortalecimento do campo do cinema na Bahia, além de servir como órgão articulador com as outras esferas do poder publico é ele que deve ajudar na atração de filmagens de produtoras de outros estados e países.

A criação de novas linhas de fomento que sejam específicas para o audiovisual também deveriam ser estudadas pela Secretária de Cultura. Enquanto a cidade de Paulínia em São Paulo tem um Edital para a atração de filmagens (no valor de 10,2 milhões e que contemplou 10 filmes em 2010), na Bahia não existe um mecanismo como esse. Os editais de filmes de longa-metragem são bi-sextos e não cobrem todo o custo de uma produção. O governo do estado precisa entender que o cinema é, das áreas da cultura, aquele que tem a sua produção

mais semelhante com o de uma indústria, E é ao mesmo tempo a que para chegar a esse funcionamento como indústria mais necessita de subvenção e atenção do estado.

Esse estudo que aqui se encerra demonstra como as produções baianas podem ser competitivas e receber verbas federais para a sua produção, mas, ao mesmo tempo deixa claro que sem o governo estadual esses filmes penariam muito mais tempo para se concretizarem. Esse trabalho também mostra o quão ainda é preciso ser estudado e pesquisado para entender todas as nuances dessa relação ambígua, entre Estado e cinema. Ao mesmo tempo que é tentada formar uma indústria que possa ser sustentável, essa sustentabilidade se mostra dependente das diversas formas de atuação do Estado. Outra certeza que esse trabalho deixa ao chegar ao fim é que ele ainda está

incompleto, não só pela dificuldade em conseguir os dados, mas também porque a relação entre os modelos de financiamento em âmbito federal e estadual não puderam ser estudados em suas complementaridades dentro da produção baiana.

Enfim, depois de idas e vindas a produção na Bahia e da Bahia não pode sofrer três, quatro anos para ter seu resultado na tela. Aqui foram estudados quatro filmes que tiveram seu ciclo completo dentro do recorte temporal sugerido, todos eles passaram pelos mecanismos do Estado, foram produzidos e estrearam entre 2003 e 2010. Mas, as estréias só ocorreram em festivais e as exibições foram poucas, nenhum deles entrou realmente em circuito comercial. Esperasse para esse ano o lançamento comercial de “Jardim das Folhas Sagradas” e “Trampolim do Forte”. Mesmo vencendo o tempo de captação, produção e finalização as produções baianas ainda lutam contra o gargalo da distribuição. Mas, mesmo assim, como disse André Setaro em seu livro dedicado ao Cinema Baiano no sua trilogia “Escritos sobre o Cinema”: “A oportunidade está aí, ainda que se possa arguir que os recursos são insatisfatórios. O profissional de cinema, aquele cineasta verdadeiro, sempre tem um roteiro pronto e acabado, ainda que seja para a aventura que é fazer cinema no Brasil e particularmente na Bahia”.

Bibliografia:

II FÓRUM AUDIOVISUAL: PERSPECTIVAS PARA O CINEMA NA BAHIA, Salvador.
Carta de Propostas: Associação Baiana de Cinema e Vídeo, 2007.

BAHIA. Edital 02/2004 (Prêmio Agnaldo “Siri” Azevedo) de 19 de junho de 2004. Concurso público para a premiação em dinheiro de produções audiovisuais baianas em diversas metragens.

BAHIA. Decreto 9.232 de 11 de novembro de 2004. Regimento de funcionamento do Programa Estadual de Incentivo à Cultura (FAZCULTURA).

BAHIA. Decreto 10.992 de 01 de abril de 2008. Regulamenta o Fundo de Cultura da Bahia.

BEZERRA, Laura. **Filmografia Baiana** – Um Panorama. In: Anais do II Ebecult – Encontro Baiano de Estudos em Cultura, Feira de Santana: UEFS 2009. CD-Rom.

FILMOGRAFIA Baiana: banco de dados. Disponível em: <www.filmografiabaiana.com.br>. Acesso em: 01 fevereiro 2012.

INFOCULTURA Nº 5. Salvador: Secretária de Cultura do Estado da Bahia, n 5, nov. 2010. Economia do Audiovisual na Bahia e no Brasil: Estudos e Reflexões.

LIMA, Hanayana B. G. Fontes. **Financiamento e Fomento à Cultura na Bahia**: Análise da Gestão Jaques Wagner. In: V ENECULT, 2009, Salvador.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v 31, n 1, p 183- 203, jan./jun. 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA. 2007.